

Guerra do Paraguai e sua Ideologia.

Mariana Nunes

A idéia principal que serve como justificativa para a guerra está em relacioná-la com a questão das fronteiras na América do Sul, explicitando as rivalidades existentes na região e o confronto de interesses, sendo fruto da herança colonial de Portugal e Espanha em torno do controle da navegação na bacia do Prata.

O Uruguai era uma área disputada tanto pelo Brasil quanto pela Argentina. O primeiro sofreu seu processo de independência e então dois partidos foram organizados: os “blancos” e os “colorados”. Brasil e Argentina, então, passaram a intervir na política interna uruguaia em virtude de seu expansionismo na bacia do Prata. De um lado estava o Brasil que buscava manter as comunicações com Mato Grosso; de outro estava Buenos Aires, tentando restabelecer o domínio sobre a antiga região do Vice-reino do Prata. Em 1835, a ascensão de Juan Manuel Rosas ao poder definiu uma imposição política do domínio de Buenos Aires sobre as demais províncias, desencadeando fortes reações por parte do Brasil, levando, assim, ao apoio brasileiro às forças contrárias à Rosas e também aos grupos políticos uruguaios. Após longo período de tensões, o Império estabeleceu uma aliança com os “colorados” uruguaios e com os opositores de Rosas considerando esta a única forma de derrubar seu governo e contando para isso com o apoio inglês. Em 1851, os colorados ascenderam ao poder derrotando os aliados de Rosas, os “blancos”. No ano a seguir, o exército brasileiro, o paraguaio e o das províncias argentinas derrotaram Rosas afastando os grupos contrários ao Império. Mesmo assim a situação de estabilidade não foi alcançada.

Durante grande parte da década de 1850, Carlos Antônio Lopes criou obstáculos à livre navegação do rio Paraguai por navios brasileiros. A grande importância da navegação neste rio para o Império levou-o a ameaçar o vizinho Guarani com uma guerra, para a qual este não estava preparado. Então, o governo paraguaio se viu obrigado a ceder e a assinar com o Brasil, em abril de 1856, um tratado que garantiria a livre navegação no sobredito rio, sendo este prolongado por mais seis anos. Mesmo com a

assinatura deste tratado, as autoridades paraguaias continuaram a dificultar, através de regulamentos, a passagem de navios brasileiros que iam para Mato Grosso. O governo paraguaio acreditava que a livre navegação fortaleceria o Império militarmente e ameaçaria seu país. Já o governo brasileiro, em virtude desta hostilidade guarani, não descartava a possibilidade de um conflito bélico com o Paraguai. Mas, cedendo ao livre trânsito comercial, o governo paraguaio ganhava tempo para tentar colocar o país em posição de igualdade com seus vizinhos para possíveis lutas já que Lopes temia que a Argentina pudesse atentar contra a independência guarani e, mais tarde, um conflito com o Brasil em decorrência de questões fluviais. Quanto às divergências de limites, os governos do Brasil e do Paraguai mantinham-se intransigentes em suas posições. Para o Império qualquer concessão nesse aspecto seria uma ameaça à própria manutenção de Mato Grosso como parte integrante do Brasil. Em virtude destas divergências, o governo Imperial habilitou Carvalho Borges para negociar a questão de limites com Carlos Antônio Lopez, porém, estas negociações não deveriam atingir os direitos de países terceiros, como Bolívia e Peru.

Em 1862 Francisco Solano Lopez ascendeu ao poder no Paraguai dando continuidade a tradição autoritária paraguaia, enquanto na Argentina houve a reunificação nacional sob a liderança de Buenos Aires e, no Brasil, o Partido Liberal substituiu o Conservador. Bartolomeu Mitre foi eleito presidente da República Unida da Argentina, contando com o apoio de Venâncio Flores e dos “colorados” uruguaios, tentando uma aproximação com o Brasil. Porém, a instabilidade continuava no Uruguai, o que ameaçava os interesses de brasileiros que lá estavam presentes representados pelo Banco Mauá que defendia os interesses dos charqueados gaúchos, que possuíam mais de 30% das terras uruguaias. Esta instabilidade existente no Uruguai teve seu cume com a renúncia de Venâncio Flores e a subida ao poder, em 1864, do presidente do Senado Atanásio Cruz Aguirre, opositor ao governo brasileiro. O governo imperial ameaçou com represálias, alegando que a violação das fronteiras pelos pecuaristas uruguaios prejudicava os criadores de gado do rio Grande do Sul. No fundo, o objetivo era reconduzir ao poder o “colorado” Venâncio Flores, favorável aos interesses colorados e apoiado por Mitre. Então, como única solução, Aguirre recorreu à Solano Lopez, que tinha reivindicações fronteiriças com Argentina e Brasil. Este apoio paraguaio incentivou Aguirre na rejeição de imposições do governo imperial, que exigia pagamento pelos prejuízos causados aos brasileiros, levando,

assim, ao rompimento das relações por parte do governo uruguaio com o Brasil. Em dezembro de 1864, tropas brasileiras comandadas pelo Marechal João Propício Mena Barreto, agindo em conjunto com a esquadra de Flores, invadiram o Uruguai. Estabelecia-se, então, um governo provisório no Uruguai reconhecendo as propriedades confiscadas dos brasileiros e este anunciava o apoio ao Brasil no conflito existente com o Paraguai.

Essa guerra aconteceu em um período de mudança na América Latina. Este período se caracterizou por um aumento do número de investimentos britânicos, que permitiram o desenvolvimento de uma infra-estrutura no setor dos serviços. Com isso, os ingleses contribuíram para a propagação de um ideal de civilização e também a “modernização” das elites intelectuais brasileiras. Com o intuito de se modernizar e atingir o “progresso”, o país não poderia se isolar, devendo ser hostil às idéias relacionadas à barbárie e ao atraso. Tendo em vista este aspecto, convém mencionar que na época, uma das justificativas da Guerra do Paraguai foi seu caráter heróico e civilizador contra o tirano Solano Lopez, representante mor da barbárie como um ditador de um país representado por guaranis, o Paraguai.

O Paraguai possui uma história peculiar em relação aos outros países latino-americanos. Sua independência foi conseguida frente à Espanha em 14 de agosto de 1811 e acabou fugindo de uma característica comum aos países da América Espanhola : O Caudilhismo.

Dom Gaspar de Francia, mais conhecido como El Francia passa, então, a governar o Paraguai em 1814 e assumiu em seu governo um absolutismo em favor do povo sob a forma de uma ditadura. Perseguiu os ricos, confiscou suas propriedades e qualquer privilégio especial no Paraguai. Inicia-se então o isolamento do Paraguai, fechando as fronteiras e eliminando o comércio exterior, porém, sendo este um isolamento imposto, isto porque existia um acordo com Buenos Aires feito em 1811 que permitia a navegação no Plata. Mas este não foi cumprido e ainda passou a se cobrar um imposto adicional sobre seus produtos, especialmente o fumo, principal matéria-prima de exportação paraguaia. Segundo Leon Pomer, isto foi em represália à política de perseguição de El Francia, que acabava com o poder de infiltração de Buenos Aires, subtendo às classes privilegiadas à sua política ditatorial..

Para fazer o país progredir arrancava dos ricos e eliminava os representantes do poder econômico do Paraguai e aliava-se aos detentores dos meios de produção, o povo e este estava desvinculado dos interesses de Buenos Aires.

El Francia criou uma nova estrutura para que o país pudesse sobreviver. Ele multava espanhóis e espanholistas e promoveu a primeira grande reforma agrária da América do Sul. Criou as “Estâncias da Pátria”, onde trabalhadores do campo produziam com o auxílio do Estado. Ele também suprimiu as ordens religiosas e transformou os conventos em quartéis. Em 1824, confiscou os bens da Igreja e do Estado; determinou a liberdade de crença e nivelou os sacerdotes ao povo.

Sua idéia fixa era a soberania do Paraguai. Ele criou um povo com uma crescente consciência histórica, que se dedicava única e exclusivamente ao trabalho e aceitava as normas de El Supremo e que estava disposto a morrer em defesa de sua sociedade.

Em 1840 Francia morreu e assumiu o governo Carlos Antônio Lopez. Este ampliou o sistema econômico de Francia e o modernizou. Ele trouxe o progresso, fazendo vir do exterior todos os técnicos que o país necessitava para implantar seu desenvolvimento industrial, sem atrelá-lo ao capital externo. Ele garantia também bolsas de estudos para os melhores estudantes se especializarem em áreas diversas.

No governo de Carlos Antônio Lopez a produção aumentou. Toda essa riqueza era exportada, mesmo com as espoliações impostas por Buenos Aires. Existia no Paraguai, na metade do século XIX uma coesão entre governo e povo, sedimentada por uma estrutura sócio-econômica que emancipou o país e estava levando o Paraguai a ser, em poucos anos, a mais progressista república sul-americana.

Em 16/10/1862 assumiu o governo Francisco Solano Lopez, em decorrência da morte de seu pai, Carlos Antônio Lopez. Este já participava da vida política de seu país, ainda com seu pai vivo, tendo importante papel na pacificação das províncias argentinas e foi ele quem começou a formar o exército paraguaio, ainda no governo de seu pai. Solano Lopez assumiu o governo em 1862, quando o Paraguai se via num quadro de crescimento, vinculado ao mercado externo. Conseqüentemente, aumentou seu interesse pela navegação fluvial dos rios Paraguai e Paraná e também pelo livre trânsito através do porto de Buenos Aires, já que a saída para o mar tornava-se imprescindível para a continuidade do processo

de modernização do Paraguai. Então, forjava-se um dos conflitos mais sangrentos presente na história da América do Sul.

- BASTOS, Lúcia e MARTINS, Humberto. O Império do Brasil.
- POMER, Leon . A Guerra do Paraguai : a grande tragédia rioplatense , São Paulo, Editora Global, 1981, 2ª edição (tradução de Yara Peres).
- MATTOS, Ilmar Rohlof de. O tempo Saquarema , São Paulo, Editora Hucitec, 1988
- DOCCA, Souza . Causas da Guerra do Paraguay , Porto Alegre, Editora Americana, 1919
- CHIAVENATTO, Júlio José. A guerra contra o Paraguai , São Paulo, Editora Brasiliense, 1993, 2ª edição.
- HOBBSAWM, Eric J. Nações e Nacionalismos desde 1780. Editora Paz e Terra, 2ª- edição, 1998.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. Edusp, São Paulo, 8ª edição, 2000.